

Que objectivos? Que competências? O ensino da História da Arte Portuguesa no âmbito dos Mestrados em Ensino das Artes Visuais

*What is the purpose? What are the skills?
The syllabus of portuguese art history through
the scope of art education MA's*

MARGARIDA CALADO*

*Portugal. Conselho editorial.

AFILIAÇÃO: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes. Largo da Academia, 1249-058 Lisboa, Portugal. E-mail: margarida.calado@fba.ul.pt

Resumo: Pretendemos chamar a atenção para a tarefa dos professores de Educação Visual na valorização do património artístico português e da necessidade de se proceder a uma preparação adequada dos mesmos. A criação do Mestrado em Ensino da História e da Geografia retirou aos professores desta área qualquer possibilidade de abordagem profunda e séria das matérias histórico-artísticas e patrimoniais. Restam os professores de Educação Visual como os únicos que poderão sensibilizar os jovens para o nosso património histórico-artístico, um campo em que a oferta de emprego ou a criação de empresas se poderá vir a desenvolver.

Palavras chave: Educação Visual / Património / mestrado em ensino.

Abstract: Attention is driven to the task of the art educators on the retrieving and valuing of Portuguese heritage, and the need to foster proper formation to them. The raise of the master course on teaching history and geography has deprived the teachers of those areas of any possibility of tasking a deep survey on heritage and art history matters. The remaining ones to fulfill this endeavor will be the art educators. This is a field of great significance to be developed.

Keywords: Art education / heritage / teaching master.

Sem história, sem memória, sem património!

Correndo o risco de nos repetirmos, voltaremos à questão da História da Arte e do seu destino nos cursos actuais.

Já depois de propormos este tema — e já que estas comunicações devem ter origem em casos concretos — deparámo-nos com uma situação que consideramos alarmante.

No contexto das candidaturas dos maiores de 23 anos à Universidade, temos vindo há vários anos a elaborar e corrigir as provas de acesso. Considerando que há tópicos fundamentais para os que se destinam a cursos de Artes plásticas ou de Design, sentimos que de ano para ano as perguntas acabam por ter algo de repetitivo. Por isso, este ano decidimos dar alguma liberdade ao aluno. Pedimos que escolhesse quatro monumentos ou peças de museu de quatro épocas diferentes, que considerasse relevantes para mostrar a um amigo estrangeiro de visita a Portugal. Surpreendentemente, os resultados foram péssimos, houve quem deixasse a folha em branco e quem desse como resposta o elevador de Santa Justa, a ponte D. Luís no Porto, e as duas pontes sobre o Tejo — a 25 de Abril e a Vasco da Gama.

Assim! O que temos para mostrar são pontes...

Um dia ouvi uma rapariga no Metro comentar que a filha não sabia quem era o 1º rei de Portugal... E quantos sabem o que se festejava no 5 de Outubro ou mesmo o que foi o 25 de Abril?

Repetimos — sem história, sem memória, sem património!

Esta é uma situação que afecta não apenas os conhecimentos sobre o nosso património mas também sobre a nossa história em geral. Mas aqui centrar-nos-emos sobre as questões do património.

Aqueles que procuram os cursos de Belas Artes, que têm um programa para estudar, não olham para a arte portuguesa.

Os alunos que anualmente entram na Faculdade, alguns com altas classificações, nada sabem de arte. Porque não lhes ensinaram, porque a história da arte não faz parte obrigatoriamente dos seus currículos.

A criação de variantes e posteriormente de cursos específicos de História da Arte nas Faculdades de Letras ou de Ciências Sociais e Humanas foi considerada uma vitória pelos historiadores de arte. Hoje interrogamo-nos se assim será.

A História da Arte deixou de ser unidade curricular obrigatória nos cursos de História mantendo-se e alargando-se no entanto nos cursos das Escolas e Faculdades de Belas Artes, após 1974, onde o currículo previa uma sequência de disciplinas nesta área, do primeiro ao último ano.

A reforma de Bolonha, com a redução dos cursos para três anos e a estruturação semestral das unidades curriculares levou a uma diminuição drástica

das matérias de História da Arte. Mas o que é mais grave é que nos últimos anos os alunos que entram nas Faculdades de Belas Artes podem nunca ter frequentado História da Cultura e das Artes (que pode ser substituída por Matemática) e portanto os únicos conhecimentos que trazem nesta área são os que obtiveram no 3º ciclo do ensino básico, nas disciplinas de História e de Educação Visual.

Ora os professores de Educação Visual provenientes das Escolas / Faculdades de Belas Artes, ainda que não tivessem o grau de mestre e que tivessem feito a profissionalização em exercício, tinham frequentado diversas unidades curriculares na área de Ciências da Arte (História da Arte, Estética, Sociologia, Psicologia, Antropologia) pelo que possuíam uma preparação que lhes permitia explorar este campo a propósito dos diversos itens do programa. Como afirma Mirtes Oliveira (2010, 48) *a disciplina História da Arte ... é uma espécie de estante estante da qual puxamos livros de imagens quando necessitamos uma referência — em geral formal — para relacionarmos produções historicamente desenvolvidas.*

Hoje em dia o ensino de História da Cultura e das Artes pode ser da responsabilidade de licenciados em História (que podem nunca ter frequentado História da Arte) ou de docentes do Grupo 600 cuja preparação é na verdade muito variada, mas pressupõe sempre a frequência de alguma unidade curricular nesta área.

Desde que em 2007 foram criados os Mestrados em Ensino, um dos pressupostos foi a união da História e da Geografia. Ora alunos com licenciaturas de três anos foram obrigados a completar créditos numa ou noutra licenciatura, consoante fossem provenientes de cursos de História ou de Geografia, para poderem aceder a este mestrado. Acreditamos que os créditos em História não tenham contemplado a História da Arte. Em contrapartida, o Mestrado em Ensino das Artes Visuais abriu uma opção em Didáctica da História da Arte e tem tido entre os professores cooperantes alguns que leccionam História da Cultura e das Artes.

Só que é previsível que na distribuição do serviço docente os responsáveis pelas Escolas de Ensino Secundário não tenham isso em consideração.

O novo decreto-lei 79/2014 de 4 de Maio que altera o de 2007 e regulamentará os mestrados de ensino a partir das próximas edições, separou de novo o Ensino da História e da Geografia, mas a História da Arte acreditamos que continuará a ser — e perdoem-nos a comparação — uma espécie de filha de pais separados que não se sabe bem com quem irá viver.

Defenderemos a continuidade da unidade curricular de Didáctica da História da Arte que poderá ser opção para os dois cursos (Mestrado em ensino da História e Mestrado em Ensino das Artes Visuais).

Mas o importante é que os professores no terreno desde o ensino básico

sensibilizem as crianças e os jovens para as questões da história e do património.

Como sublinha Vítor Serrão (2014, 21) as Associações de Defesa do Património que a seguir ao 25 de Abril desempenharam um papel importante na sensibilização das “comunidades em relação ao seu património, ...cedo esfriaram e o país retomou, lentamente, a prática de uma cumplicidade distraída face ao crescimento desordenado e a opções urbanísticas em que muita construção considerada descartável era, e continua a ser, sacrificada ao sabor de intervenções erráticas, sejam camarárias, particulares, estatais, ou ligadas a grandes interesses especulativos.”

Não estamos evidentemente a defender uma perspectiva nacionalista idêntica à que vigorou no Estado Novo, mas é bom que os jovens tenham consciência que pelo nosso território passaram entre muitos outros, Celtas, Romanos, Visigodos, Muçulmanos, Judeus; que durante 60 anos estivemos sob governo de reis espanhóis e que talvez nem tudo tenha sido negativo, por exemplo, ao nível da arquitectura, do abastecimento de água a Lisboa, etc. Isso poderá ajudá-los a compreender melhor o nosso mundo tanto quanto a história dos nossos descobrimentos e da descolonização os ajudará a entender melhor a presença de jovens africanos ou orientais nas nossas escolas.

Como disse Jorge Dias (1964 ap. Cottinelli Telmo, 2000), *temos a obrigação de salvar tudo aquilo que ainda é susceptível de ser salvo, para que os nossos netos, embora vivendo num Portugal diferente do nosso, se conservem tão portugueses como nós e capazes de manter as suas raízes culturais mergulhadas na herança social que o passado nos legou.*

Foi com alguma indignação que nós, historiadores e habitantes da capital, ouvimos por vezes reacções adversas de populações locais relativamente à vinda para Lisboa, a fim de serem restauradas, de peças do património local. É claro que tais posições são exageradas mas revelam que ainda existe «amor» ou consciência do valor desse património.

Quantos portugueses compreenderão o verdadeiro valor dos quadros de Mirò que estão em vias de ser leiloados? Quantos saberão mesmo quem foi Mirò?

Todos estes factos vêm demonstrando que é necessário ensinar História, História da Arte, valorizar o nosso património e o património artístico internacional e essa é a tarefa que cabe aos educadores e aos professores de todos os graus de ensino.

Esta posição não é nova e foi defendida por Isabel Cottinelli Telmo (2000), formadora de professores e orientadora de estágios ao longo de muitos anos.

Num texto recentemente publicado, Vítor Serrão (2014, 31) afirma que a “defesa do património construído... impõe... consciência cívica, histórica,

estética, funcional e afectiva, valores quase sempre arredados deste tipo de processos de aviltação das memórias.”

Valores que, acreditamos, os professores devem transmitir às crianças e aos jovens desde idades muito precoces.

Na prática profissional o mestrando deverá desenvolver o espírito crítico dos alunos através da análise de boas obras em contraste com as imagens de má qualidade com que diariamente somos «bombardeados». De acordo com Cottinelli Telmo (2000: 5),

a abordagem e o estudo de temas do património podem contribuir de modo válido para a educação estética de professores, educadores e alunos, assim como para o desenvolvimento da sua capacidade de observação, e de uma atitude crítica face à massificação da informação visual que atabafa a nossa vida diária e a criatividade das crianças e jovens que pretendemos educar.

São necessárias as visitas de estudo a museus, a monumentos, a galerias, em suma, ao património que for mais acessível em relação à localização da escola. Frequentar museus, como ir ao teatro ou ouvir um concerto são hábitos que se formam na infância e se os pais não levam os filhos, porque não os convidamos também?

Todos os dias ouvimos notícias sobre questões de património, quer negativas como as causadas por guerras e catástrofes naturais, quer positivas, como as que referem a classificação de um dado local como património da humanidade. Sabemos, embora de forma vaga, que o património atrai o turismo e este desenvolve a economia. E quando falamos de património não é apenas o monumento, mas *o moinho de vento, as danças e cantares, o artesanato local, os costumes e histórias tradicionais, a vida animal e a flora* (Cottinelli Telmo, 2000: 7).

No século XIX e XX foram médicos, professores, farmacêuticos, que estudaram e inventariaram o património local, impedindo que fosse esquecido ou destruído. Hoje devemos dispor de outros meios. Para além de um inventário que siga metodologias científicas, é necessário investir na divulgação. Quem viaja procura informação mas faltam edições de divulgação em várias línguas como se encontram um pouco por toda a parte.

O professor em colaboração com as autarquias locais pode ter um papel fundamental junto dos seus alunos como dos respectivos familiares. Podem-se limpar os espaços públicos, evitar os *grafitti* desadequados, colocar elementos de divulgação na internet, devidamente revistos pelos professores; podem-se fazer exercícios de desenho ou fotografia, para os alunos do ensino secundário,

em que o património local edificado seja o tema escolhido. Podem-se chamar artesãos à escola, gravar histórias, cantares ou receitas tradicionais e usar a internet para divulgar tudo isso.

As novas tecnologias devem ser usadas de forma activa e postas ao serviço das comunidades locais.

Como afirma Jocielle Lampert (2010: 451), é necessário perceber o contexto onde o estudante está inserido, além dos muros da escola, inclui-se aqui a necessidade da percepção para as tendências virtuais / digitais; reconhecer a relevância da comunicação de massa, dos veículos mediáticos e planejar e integrar essas novas formas estéticas ao currículo proposto.

Tudo pode ser articulado interdisciplinarmente, recorrendo aos professores de Educação Visual, de História da Arte, de Português e de Inglês para criar informações curtas mas objectivas e correctas.

Um dos aspectos importantes a desenvolver é que os alunos sintam a «utilidade» do seu trabalho, o orgulho pela sua terra ou pelo local onde vivem, e se possam preparar para a vida prática, uma questão que muitas vezes é aflorada como causa do insucesso. A participação na valorização do património pode contribuir para a auto-estima e ajudar os alunos a preparar uma actividade profissional.

A nossa proposta final é que a História da Arte venha a ser unidade de opção na área de docência para os alunos do Mestrado em Ensino de Artes Visuais e que essa opção seja extensiva aos alunos de Mestrado em Ensino da História. Consoante o seu perfil de base o aluno poderá optar por uma disciplina mais generalista, ou mais virada para a contemporaneidade, ou para a arte portuguesa, e deverá consolidá-la com a realização da Didáctica da História da Arte como opção.

De outro modo receamos que as áreas artísticas e humanísticas sejam cada vez mais votadas ao abandono e consequentemente, formaremos professores para os quais estas questões não são importantes (por as ignorarem), que por sua vez não transmitirão aos seus alunos de diversos graus de ensino a consciência da nacionalidade, da história e do património.

Termos consciência de quem somos é conhecermo-nos com as nossas qualidades e os nossos defeitos, é situarmos a nossa arte relativamente à arte europeia, é percebermos o que herdámos de outros povos e o que lhes transmitimos, é respeitarmos os que nos cercam e os que hão-de vir depois de nós.

Sabemos que o nosso património histórico-artístico é muito inferior ao italiano e periférico em relação aos grandes centros artísticos europeus, como a França, mas, no entanto, além de reflectirmos influências, há algumas especificidades que nos tornam importantes: possuímos um dos grandes núcleos de gravuras do Paleolítico Superior, o que até à década de 80 do século XX era um

sector desconhecido; associamos influências romanas às islâmicas que aqui se mantêm até ao séc. XIII mas que persistem no mudejarismo de algumas épocas e regiões; o nosso gótico final conjuga-se com elementos renascentistas originando um estilo próprio designado por manuelino; temos um barroco que transforma os espaços a partir da talha dourada e do azulejo que exportámos para o Brasil; por outro lado importamos do Oriente materiais e formas de expressão que levaram a uma interpretação muito própria e original da arte cristã; temos uma cidade racional construída de raiz depois do Terramoto de 1755 com uma das mais notáveis praças reais da Europa; etc.

As nossas crianças e os nossos jovens devem tomar conhecimento destes factos a partir do momento em que entram numa escola e de acordo com o seu nível etário. Devem saber que este território foi habitado por celtas, romanos, bárbaros, árabes e devem saber interpretar o que nas suas regiões ainda testemunha essa presença. Se tomarmos consciência da nossa miscigenação teremos mais capacidade de compreender os outros que até nós chegam por via da emigração, seja de África, do Brasil ou do leste europeu. Devem saber quem são as personalidades locais a quem foram erigidos monumentos ou simples bustos, ou a quem foi dado o nome de uma rua, praça, ou da sua própria escola. Devem ter a responsabilidade de preservar o seu património natural e histórico-artístico, não o degradando com lixo, grafitti e outros atentados.

Tudo isto deve ser ensinado a partir da escola primária tal como a língua portuguesa, a matemática ou o inglês. As crianças devem ser ensinadas a ver. Devem visitar os museus locais e o património histórico, relacionar os castelos e fortalezas com as guerras que fazem parte do conhecimento histórico.

É tão importante saber quem foi Gil Vicente e Camões como Nuno Gonçalves ou João de Castilho; conhecer Bocage e Machado de Castro; Fernando Pessoa e Amadeu de Sousa-Cardoso; José Saramago, Paula Rego, Siza Vieira ou Manuel de Oliveira.

Assim o conceito de História da Cultura e das Artes com a sua abrangência pode ser um conceito a reter e a alargar a outros níveis etários ou em alternativa, criar uma interdisciplinaridade efectiva entre disciplinas como Português, História e Educação Visual.

Por isso defendemos uma preparação mais profunda daqueles que pretendem seguir uma carreira docente a nível do conhecimento histórico-artístico, não esquecendo evidentemente a importância do fazer numa perspectiva que vai de encontro ao pressuposto da «abordagem triangular» de Ana Mae Barbosa.

Tal preparação dos professores permitirá que os mesmos formem jovens que respeitem o seu património e identidade cultural, que tenham um espírito

crítico face à informação visual que diariamente lhes chega e que no caso da prática artística a desenvolvam a partir destes conhecimentos.

Toda esta preparação poderá ser posteriormente orientada para actividades relacionadas com a preservação e divulgação do nosso património, que pode ser uma forma de contribuir para o nosso desenvolvimento económico, como sugere Pedro Manuel Cardoso (2014), através da oferta de visitas e serviços culturais.

Concluindo: com história e com memória preservemos o património artístico e cultural.

Referências

Barbosa, Ana Mae & Cunha, Fernanda

Pereira da (2010) *Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais*. S. Paulo: Cortez ed.

Cottinelli Telmo, Isabel (2000) *O património e a escola. Do passado ao futuro*. Lisboa: Texto Editora

Cardoso, Pedro Manuel (2014) "Reformar a política Pública de Património e Museologia." *Revista Património.pt*, Maio.

Lampert, Jociele (2010) "Deambulações sobre a contemporaneidade e o ensino das artes

Visuais e da Cultura Visual" In Barbosa, Ana Mae

Oliveira, Mirtes Marins (2010) "História como estratégia: uma apropriação da abordagem triangular para uma educação não conformista." In Barbosa, Ana Mae

Serrão, Vítor (2014) "Portugal em ruínas. Uma história cripto-artística do património construído." In Silva, Gastão de Brito e. Portugal em ruínas. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Seta, Cesare de (2008) *Perché insegnare la storia dell'arte*. Roma: Donzelli Editore.